

Invasões ganham mais tempo

Ultimato é adiado mais uma vez. Retirada de barracos depende ainda de um cronograma e da ação dos novos administradores regionais

Rovênia Amorim
Cristina Ávila
Da equipe do **Correio**

Mais alguns dias de trégua para os invasores. O governo decidiu organizar primeiro um roteiro de derrubada de barracos para só depois começar a distribuir as notificações com prazo de 24 horas para as famílias abandonarem as áreas invadidas. Na última sexta-feira, a secretária de Habitação, Ivelise Longhi, anunciou que os invasores começariam a ser notificados hoje.

Com o adiamento da medida, as primeiras retiradas só devem acontecer na próxima sexta-feira, véspera do carnaval. Assim mesmo, se os novos administradores, que tomam posse quarta-feira à tarde, oficializarem o ultimato aos invasores no mesmo dia. Senão, a remoção ficará mesmo para depois do feriado.

Na manhã de ontem, havia administradores tão mal informados que sequer sabiam do novo prazo dado pelo governador Joaquim Roriz. "Oficialmente, não recebi nenhuma orientação. Se foi anunciado um novo prazo pelo jornal, não vi", revelou o administrador de Sobradinho, Antônio Machado.

No Recanto das Emas, onde os focos de invasão não param de crescer, também ninguém foi notificado. "A retirada é prescindível da notificação. Não temos como ficar reiterando notificações. Eles estão mais que avisados e a retirada pode ser feita a qualquer momento", afirmou o administrador Rubens Tavares.

"Não avisamos nenhum administrador ainda. Vamos fechar primeiro a programação das retiradas, para depois começar a notificar. Mas o prazo de 24 horas (a partir da notificação) será cumprido", explicou Herman Barbosa, subsecretário da Coordenação das Administrações Regionais

(Sucar). "A determinação do governador é de acabar com as invasões o mais rápido possível", acrescentou, sem arriscar uma previsão. "Mas até final de fevereiro não dá."

ETAPAS

O subsecretário explica que o levantamento sócioeconômico nas invasões terminou sexta-feira e que os técnicos da Secretaria de Habitação precisaram do dia de ontem para fechar as estatísticas. Só depois de conhecer o perfil das invasões — número de barracos, de onde vie-

ram os invasores, quanto tempo estão no local — é que o governo organizará o cronograma de retirada. Hoje deve ser feita reunião para fechar essa programação.

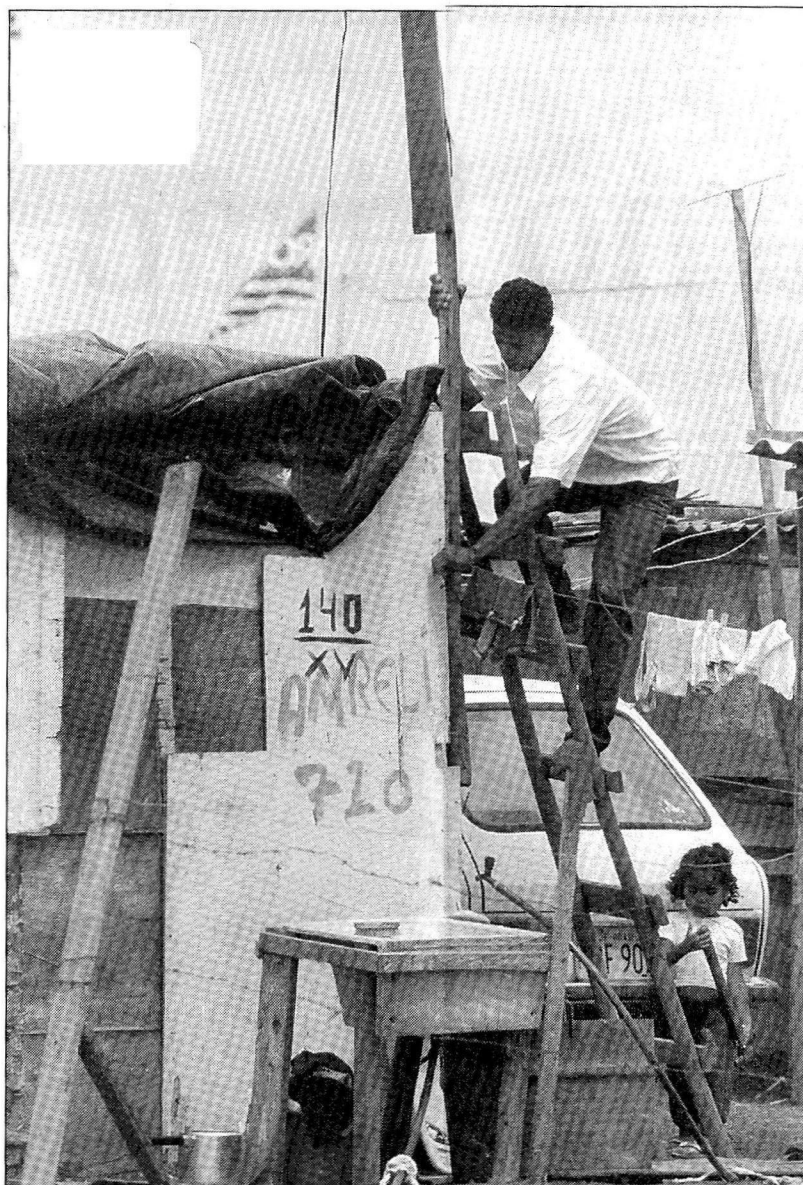
A idéia é agir por etapas, com operações dirigidas a uma ou duas cidades, no máximo.

Ou seja, as notificações não serão aplicadas a todos os invasores simultaneamente. Será uma ação cronometrada. O governo, no entanto, não adianta por onde vai começar.

Enquanto isso, o nervosismo e a ansiedade aumentam entre as famílias de Samambaia e do Recanto das Emas, onde estão os focos de invasão que mais crescem no Distrito Federal. Os invasores não desanimam. Continuam chegando e construindo às pressas seus barracos.

E não gostaram nada de saber que estão prestes a receber o ultimato para abandonar a invasão em 24 horas. "Eu não vou derrubar nada. Nem depois de receber essa notificação. Se quiser que mande os tratores passarem por cima. Não é mais fácil?", reagiu, irônico, o artesão Rômulo Lopes dos Santos, 63 anos. Na manhã de ontem, ele terminava um barraco de 19 metros de comprimento que seria dividido entre quatro famílias.

Em frente ao barraco dele, na quadra 605 do Recanto das Emas, o pedreiro Antônio Bezerra da Silva, 30 anos, o "Piau", fincava as estacas de



Os invasores esperam que alguma coisa aconteça, mas em favor deles

madeira. "Vou fazer meu barraco, sim. Não acredito que o governador Roriz, um homem bom, vai fazer isso com a gente. Ele veio aqui pessoalmente e falou que não derrubaria barraco e que daria lote para quem tem mais de cinco anos de Brasília", disse.

A dona-de-casa Gilda Alves, 36 anos, se meteu na conversa, nervosa. "Ele está sendo pior que o Cristovam Buarque", chegou gritando. "Mentiu para a gente. A promessa dele ficou em nada. Nos dá agora 24 horas. Para onde ele quer que eu vá? Para debaixo da ponte, com meus quatro filhos?"

A mineira Maria Aparecida Resende, 35 anos, também não agüentou calada. "Não vai ficar assim, não. Na próxima campanha, vamos fazer um

impeachment e o Roriz não entra nem no primeiro turno. Será que ele esqueceu que foram os pobres e humildes que o elegeram? Se dependesse dos ricos, não estava onde está hoje", bradou a mulher, que diz estar há seis meses na invasão.

Em Samambaia, algumas famílias também prometem resistir à ordem de abandonar a área. Sebastião Alves da Conceição, 46 anos, começou ontem o barraco. "Vou fazer mesmo. A gente vai ter uma respostazinha do governo pra ver onde ele vai deixar a gente ficar. Espero só um lotezinho", disse o pedreiro, natural de Xique-Xique, Bahia.

Mas, dessa vez, o governo promete ser mais rigoroso com os teimosos, que poderão ser até processados criminalmente.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

PRAZOS FALSOS SÓ ATRAPALHAM

Paulo Pestana
Da equipe do **Correio**

O prazo de 24 horas para que os invasores deixem a terra ocupada, anunciado oficialmente na última sexta-feira, foi solenemente ignorado: pelos invasores e pelo governo, autor da ameaça. Esta foi a segunda vez que o governo anunciou um prazo para o início das notificações e não cumpriu. Na verdade, houve açodamento no anúncio; a própria secretária de Habitação, Ivelise Longhi, reconhece que este é um dos principais problemas do governo e que requer uma solução urgente — talvez por isso o atropelo.

O governo já tem pronta — embora em fase de aprovação — uma campanha de conscientização sobre as invasões. Os motivos são: "Essa idéia não vai continuar" e "Fora da lei não existe solução". As peças mostram que o governo está à procura de uma solução definitiva para o problema mas, mais do que a propaganda, são os atos que importam.

A sociedade precisa saber que os administradores da cidade estão trabalhando para que o patrimônio público não seja dilapidado. Mas ações concretas devem continuar sendo tomadas, principalmente na área da fiscalização, evitando que as novas construções se tornem definitivas, dificultando uma retirada futura. Não adianta ficar marcando datas que não podem ser cumpridas como uma forma de dar uma satisfação — mesmo que ela se revele falsa — à sociedade. O que se pede é uma solução definitiva, mesmo que demande um pouco mais de tempo.